

Procura de transportes públicos com forte recuperação

A procura dos transportes proporcionados pelo Metropolitano de Lisboa, o Metro do Porto e a Soflusa/Transtêjo registou um crescimento de 137%, no primeiro trimestre, face a igual período do ano passado, refere o Ministério do Ambiente e da Ação Climática. O Metropolitano de Lisboa teve o maior aumento, com 146%, mas as três empresas ainda não estão aos níveis de antes da pandemia. A tendência será para manutenção desta recuperação.

Crescimento da economia chinesa supera expetativas

O PIB da China registou um crescimento homólogo de 4,8%, no primeiro trimestre, tendo surpreendido em alta os analistas. Face ao último trimestre do ano passado, o aumento foi de 1,3 pontos percentuais. A economia chinesa continua a recuperar e a desenvolver-se, apesar da conjuntura internacional adversa.



ANA GAMBOA, PRESIDENTE DO STI, CONSIDERA

Serviços de Finanças enfrentam

Há casos de “burnout” e mesmo de trabalhadores com AVC no próprio serviço, afirma Ana Gamboa, presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI).

No final do ano passado a AT registava 10 700 funcionários, ou seja, metade das reais necessidades dos Serviços de Finanças, e mais três mil estão prestes a sair por motivo de aposentação.

Há funcionários da área da inspeção tributária que estão a apoiar no atendimento telefónico e na justiça tributária, colocando em risco a eficácia da máquina fiscal.

“É urgente tomar medidas para travar o colapso iminente dos serviços por falta de recursos humanos e materiais”, afirma Ana Gamboa. “Se formos obrigados a isso, estamos preparados para paralisar os serviços”, conclui



O recrutamento de funcionários apenas para os serviços centrais de Lisboa “revela um desinvestimento nos serviços locais e regionais, eventualmente uma intenção de acabar com estes serviços de proximidade aos cidadãos”, afirma Ana Gamboa.

de mil que estão já próximos da idade da reforma. Temos também vários casos de trabalhadores que estão a pedir a reforma antecipada porque não aguentam mais a pressão. Há ainda os que se ausentam por motivos de doença, maioritariamente por períodos prolongados. Esta é também uma tendência crescente, dada a elevada média de idades.

VE – Os funcionários recrutados pelo MF foram suficientes para compensar essa perda? Quais as áreas com mais carência de funcionários?

AG – Não. Não só o número é insuficiente como o facto de este recrutamento ser feito apenas para os serviços centrais de Lisboa é um péssimo sinal, que revela um desinvestimento nos serviços locais e regionais, eventualmente uma intenção de acabar com estes serviços de proximidade aos cidadãos.

As carências de funcionários sentem-se em todos os serviços da AT e têm um impacto negativo na inspeção tributária e aduaneira, mas são mais evidentes nos serviços de controlo da fronteira externa e nos serviços locais com atendimento ao público.

Por exemplo, nos aeroportos, onde o número de funcionários tem vindo a ficar reduzido, o controlo da fronteira externa

Neste momento, muitos trabalhadores qualificados para apoiar os cidadãos em questões fiscais complexas, para tramitar processos de justiça fiscal e para fiscalizar e investigar a fraude e a evasão fiscal e aduaneira estão a ser afetos a áreas como a triagem de atendimentos, atribuição de NIF a cidadãos estrangeiros, emissão de documentos de cobrança de IUC, agendamento telefónico de atendimentos por marcação, etc. Isto, na nossa perspetiva, põe em risco a eficácia da máquina fiscal.

VE – Quando fala no encerramento de “estruturas de proximidade”, quer dizer concretamente o quê? Quais são as consequências desta realidade?

AG – Quero dizer o encerramento de serviços locais de finanças, com a consequência para os cidadãos de deixarem de ter um serviço de apoio com a qualidade que merecem e já tiveram no passado recente. Este problema já se sente e vai afetar precisamente as áreas mais remotas do país. Ao contrário do que alguns afirmam, nestes serviços o desgaste no atendimento é elevado, pois é nestes locais que se verifica uma maior iliteracia informática e fiscal. Isto significa que os cidadãos que mais precisam de apoio para cumprir as suas obrigações fiscais serão os primeiros a ficar impedidos de ter este apoio. Provavelmente, terão que pagar a alguém para os ajudar a cumprir obrigações que dantes eram apoiadas por funcionários das finanças, de forma gratuita.

Temos serviços no interior do país e também nas ilhas que têm quadros de pessoal que deviam ter cinco a dez funcionários e neste momento estão a trabalhar com dois ou três que já estão perto de se reformarem. Alguns destes trabalhadores não tiveram até ao momento qualquer contacto por parte da Direção-Geral no sentido de lhe transmitir que o serviço ficará assegurado. Isto na cobrança é já evidente, há serviços em que a secção de cobrança encerra algumas vezes por semana, porque o mesmo funcionário desloca-se a vários serviços rotativamente. Vão sendo tomadas medidas pontuais para tapar estes buracos, mas não há um plano global, conhecido dos trabalhadores, e isto não é solução para uma organização como a Autoridade Tributária e Aduaneira, é a demonstração de más políticas de gestão que se querem ver alteradas.

“É urgente reorganizar a AT”

VE – Considera que a dificuldade de diálogo entre a AT e o utente tende a aumentar? No limite, que situação poderá atingir?

AG – A AT tem criados vários canais de atendimento alternativos, tem sido feito um investimento a esse nível. O Centro de Atendimento Telefónico (CAT), o E-Balcão, o próprio Atendimento Presencial por Marcação são canais que visam facilitar o diálogo entre a AT e o utente. Sabemos

VIRGÍLIO FERREIRA
virgilioferreira@grupovideeconomica.pt

Vida Económica – Por que razão afirma que os Serviços da AT estão a colapsar?

Ana Gamboa – A principal razão é a falta de recursos humanos e a falta de renovação dos quadros. A média de idades é das mais altas da função pública e há muitos serviços da AT que estão a trabalhar abaixo dos 50%, com uma sobrecarga enorme dos trabalhadores, que muitas vezes trabalham fora do horário para conseguir cumprir os objetivos. Este esforço tem limites, muitos trabalhadores estão a acusar desgaste físico e psicológico, temos vários casos de “burnout” e já houve casos de trabalhadores com AVC no próprio serviço. Isto é assustador e não vemos a tutela tomar medidas para inverter esta situação.

VE – Quantos foram os funcionários que deixaram nos últimos anos a AT e quais foram as razões da saída?

AG – Todos os anos saem centenas de trabalhadores para a aposentação, este é o principal motivo de saída. De acordo com os dados transmitidos pela própria diretora-geral, no final do ano passado a AT registava 10 700 funcionários, o número mais baixo desde a fusão, e esperase que nos próximos três anos saiam perto